

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO IDENTITÁRIO DOS SUJEITOS COMUNITÁRIOS PERIFÉRICOS

Sheylene Tathiana Lages da Silva – UFPB (shey_lages@hotmail.com)

Wilson Honorato Aragão – UFPB – (wilsonaragao@hotmail.com)

INTRODUÇÃO

Este estudo visa pontuar a construção de identidades sociais por meio do processo educacional brasileiro, focalizando, especificamente, sujeitos pertencentes a comunidades situadas em periferias de centros urbanos. Nesse sentido, pretende-se relacionar entraves e enfrentamentos do pertencimento social com a percepção e entendimento de cidadania por meio de ações pedagógicas direcionadas à emancipação dos sujeitos.

Voltando o olhar para a implantação e finalidades do sistema de educação no Brasil, percebe-se que esse processo foi objetivado para privilegiar determinadas camadas da sociedade. Desde o período colonial até a República Velha, a educação brasileira contemplou, necessariamente, os indivíduos abastados e aqueles vinculados às altas esferas da burocracia estatal e seus descendentes. O conhecimento servia como arma ideológica para demonstração de poder e respeitabilidade.

Quando o país começou a experimentar uma mudança no seu modelo de desenvolvimento econômico, com o início da industrialização na década de 1930, se tornou necessária uma maior demanda de mão de obra especializada, fazendo-se fundamental a ampliação do acesso a escolarização básica. Isso, entretanto, não a tornou abrangente e acessível em todas as suas dimensões. As ações ligadas à educação num âmbito mais social foram sendo desenvolvidas quase que a conta-gotas.

Já na contemporaneidade, a ação educativa continua atravessando grandes impasses. Dentre eles, a inserção justa e igualitária para os que dela dependem. Camadas mais pobres da sociedade enfrentam a constante impossibilidade de acesso ao conhecimento formal, basilar e emancipador. Isso se dá por demandas econômicas, sociais e discriminatórias.

Tendo em vista as dificuldades de inserção e manutenção da permanência desses sujeitos nos espaços escolares, percebeu-se a necessidade de investigar com mais afinco a atuação da ação crítico pedagógica em área com população emergente do capitalismo. Para tanto, decidiu-se observar tais necessidades de reconhecimento social em uma região específica e subsequentemente desvelada.

OS HERDEIROS DE UM LIXÃO

Buscando contextualizar essa arguição, relaciona-se a comunidade denominada “Bairro do Roger”, localizada em área periférica da cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, como fonte de observação e relação com o aporte teórico norteador.

Situado na região central da capital paraibana, o Bairro do Roger foi criado em área de propriedade da arquidiocese paraibana, em meados de 1896, configurando-o como um dos bairros mais antigos da cidade. No entanto, sua instituição administrativa concretizou-se na década de 1940, tornando-se um marco referencial para os seus moradores.

Conforme estudos apresentados por Bispo (2005), apesar de sediar algumas das residências das famílias mais abastadas da época de sua fundação, essa região deixou de fazer parte do foco social a partir do desenvolvimento da cidade em direção à faixa litorânea municipal. Após esse deslocamento social, a realidade do bairro modificou-se drasticamente, passando a abrigar, por extenso período (1958-2003), o maior lixão a céu aberto da cidade. (BISPO, 2005, p.30)

A organização comunitária desse bairro passou a se desenvolver no entorno desse cenário estigmatizante e segregador, perdurando por gerações seguintes. Esse elo conferiu aos sujeitos comunitários características carregadas de especificidades, que se refletem ao lhes direcionar um olhar mais atento e individualizado. Neste sentido, percebem-se crenças, anseios, incertezas e máculas da própria imagem.

Percebe-se então uma desumanização do ser social. Isso se dá pela não aceitação das condições e características de indivíduos ou grupos de pessoas consideradas inadequadas ao padrão imposto pela hegemonia capitalista dominante.

Para a lógica capitalista, é necessário manter o controle social e ideológico das grandes massas populacionais, denominando todo e qualquer ato contrário a essa hegemonia como subversivo e anarquista. Nesta ótica, Paulo Freire diz: “Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em “coisa”, em algo que é como se fosse inanimado.” (FREIRE, 2005, p.26)

Composta por cidadãos plurais e multiculturais, essa comunidade se apoia na escola para encontrar fortalecimento cultural e direcionamento intelectual, visando se reconhecer enquanto sujeitos sociais. Embora a necessidade de direcionamento identitário não seja consciente, ela se torna explícita por meio de questionamentos e comportamentos apresentados pelo alunado já nas séries iniciais.

Segundo Silva (2000), a produção da identidade social está diretamente ligada à relação de poder. Ao assumir uma identidade, haverá automaticamente uma identificação. As identidades são construídas e não dadas e acabadas. Dessa forma, os sujeitos constroem suas identidades a partir da figura mais representativa a que tiver acesso, aliando-se a seus atos e pensamentos e acreditando serem absolutos. (SILVA, 2000, p.91)

Pode-se perceber que a falta de exemplos exitosos leva ao desânimo e ao desprendimento participativo nas atividades pedagógicas propostas. Crianças e adolescentes vislumbram um futuro raso e com baixas expectativas. Apresentar novas perspectivas e possibilidades torna-se evasivo, já que esses protótipos são facilmente fragilizados no convívio social a que eles estão expostos.

Afrodescendentes, em sua grande maioria, os moradores dessa comunidade sentem-se discriminados por mais esse motivo. A aceitação da cor, da raça e da história precedente revela-se como obstáculo e não como orgulho.

Embora a questão étnico-racial seja compartilhada por muitos deles, esse aspecto segue sendo ponto de desavenças e apontamento entre os pares. A discriminação, que é evitada por tantos, se inicia justamente no convívio mais aproximado. A recorrência desses fatos gera desconforto e um sentimento de inapropriação do sujeito perante o espaço em que se insere.

Nesse sentido, percebe-se que a trajetória escolar acentua significativamente a compreensão das relações raciais nos indivíduos, podendo deixar marcas positivas ou negativas relacionadas à autoaceitação e à construção simbólica do pertencimento identitário étnico-racial.

Outro ponto importante a ser observado diz respeito às orientações de gênero relativas à sexualidade dos sujeitos. Em meio a descobertas e inseguranças, o apoio e o suporte psicológico e emocional, muitas vezes, são negados no seio familiar. Regidos por uma sociedade essencialmente heteronormativa, os indivíduos que assumem uma orientação sexual divergente do esperado, por vezes, viram alvo de discriminação e homofobia, acarretando, em muitos casos, o afastamento da vida social e acadêmica.

CONCLUSÕES

Por todo o exposto, entende-se que as relações subjetivas entres os sujeitos educacionais no âmbito da construção de suas identidades e humanização entre os pares interferem decisivamente na inserção, envolvimento e permanência dos sujeitos no engajamento de atividades educativas no âmbito escolar e não escolar.

Observa-se, a partir disso, o grande desafio de apresentar uma transformação alicerçada na educação como caminho possível de transformação. Adentrar as crenças e desconstruir estigmas que maculam a identidade social do indivíduo como ator principal da sua trajetória pode reintegrar o elo de confiança e a credibilidade nos conhecimentos norteadores embasados em referenciais teóricos e metodológicos.

Marginalizar, preterir e macular a descendência de indivíduos desprovidos de armas ideológicas conceituais, além de discriminação, é também um crime contra toda humanidade. Praticar a inclusão como forma de acolhimento desde os primeiros contatos com a prática pedagógica confere ao educando o empoderamento necessário para sentir-se parte integrante desse sistema e detentor de atuações transformadoras.

Perceber-se como ator principal na construção da sua própria identidade torna o sujeito parte do processo de reconhecimento e reflexão enquanto cidadão crítico e atuante nos espaços sociais e comunitários, convergindo decisivamente para o seu futuro.

REFERÊNCIAS

BISPO, Luana Maria Cavalcanti. **Relicário urbano: uma leitura do Bairro do Roger na cidade de João Pessoa-PB (2003-2013)**. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.